



ISSN 2763-6739



MESTRADO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**O trabalho colaborativo  
nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência  
no atendimento educacional especializado em Pinhais**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.24038>



**Rafaella Hanauer Benedetti\***

<https://orcid.org/0009-0003-2841-6702>



<http://lattes.cnpq.br/8588878653806978>



**Everson Manjinski\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<http://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



\* Mestre em Educação Inclusiva pela UEPG e Coordenadora das Salas de Recursos Multifuncionais no departamento de Inclusão e Educação Especial da prefeitura de São José dos Pinhais/PR.  
e-Mail: [rafaella.hbenedetti@gmail.com](mailto:rafaella.hbenedetti@gmail.com)

\*\* Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE/UEPG) e Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
e-Mail: [emanjinski@uepg.br](mailto:emanjinski@uepg.br)

**O trabalho colaborativo nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência no atendimento educacional especializado  
em Pinhais**

**RESUMO:** A implementação do projeto piloto de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município foi um marco na reorganização do suporte à inclusão escolar. A iniciativa começou com a organização de duas turmas de Salas de Recursos Multifuncionais em um mesmo espaço e evoluiu para atender 21 Unidades de Ensino, com 32 Salas de Recursos Multifuncionais, das quais 11 adotaram práticas colaborativas no AEE. Essa abordagem colaborativa trouxe inovação, permitindo uma resposta rápida à crescente demanda de matrículas no AEE sem exigir grandes investimentos em infraestrutura. Entretanto, o aumento de alunos atendidos em espaços preparados para uma capacidade menor gerou desafios, como a necessidade de adequar o espaço físico para acomodar dois profissionais atuando simultaneamente. Ainda assim, a articulação colaborativa permitiu que as intervenções ocorressem, atendendo os diferentes níveis de suporte e especificidades dos estudantes. Observou-se que o contato direto entre profissionais e estudantes facilitou o apoio às professoras do ensino regular, favorecendo maior inclusão nas unidades de ensino. O trabalho colaborativo já é efetivo na rede municipal de educação de Pinhais. O desafio agora é capacitar continuamente os profissionais envolvidos, promover a troca de experiências e supervisionar práticas, garantindo que essa abordagem resulte em um maior desenvolvimento dos estudantes e de um ensino inclusivo de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; trabalho colaborativo; atendimento educacional especializado (AEE)

**Collaborative work in multifunctional resource: an experience report  
on specialized educational support in Pinhais**

**ABSTRACT:** The implementation of the pilot project for Specialized Educational Service (SES) in the municipality was a milestone in reorganizing support for school inclusion. The initiative began with the organization of two Multifunctional Resource Room classes in the same space and expanded to serve 21 educational units with 32 Multifunctional Resource Rooms, 11 of which adopted collaborative practices in SES. This collaborative approach brought innovation, enabling a quick response to the growing demand for SES enrollments without requiring significant infrastructure investments. However, the increased number of students served in spaces initially designed for fewer students presented challenges, such as the need to adapt the physical space to accommodate two professionals working simultaneously. Still, the collaborative arrangement allowed interventions to be implemented, meeting various levels of support and specific student needs. It was observed that direct

**O trabalho colaborativo nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência no atendimento educacional especializado em Pinhais**

Rafaella Hanauer Benedetti e Everson Manjinski

contact between professionals and students facilitated support for regular education teachers, promoting greater inclusion within educational units. Collaborative work is already effective in the municipal education network of Pinhais. The current challenge is to continuously train the professionals involved, encourage the exchange of experiences, and oversee practices to ensure that this approach results in greater student development and a quality inclusive education for all.

**Keywords:** Inclusive education; collaborative work; specialized educational service (ses)

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo relatar uma experiência prática de trabalho colaborativo, realizada em uma escola do município de Pinhais no atendimento dos educandos públicos alvo da educação especial (PAEE) no ensino regular e sala de recursos multifuncionais devido a necessidade de práticas colaborativas eficazes no atendimento educacional especializado do município.

A partir da teoria de Friend & Cook (2007), foram idealizados modelos de trabalhos colaborativos entre duas professoras especialistas, no atendimento educacional especializado (AEE) que atendem os educandos em atividades complementares ao currículo em contraturno escolar, na modalidade da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMFs) em que as professoras regiam suas turmas com a quantidade de 20 educandos cada, sob cronograma específico de atendimento, dividindo o mesmo espaço físico.

Esse modelo piloto foi adotado como possível solução para a crescente/urgente demanda de matrículas nas Salas de Recursos Multifuncionais e falta de espaços para abertura de novas salas. Sabendo que, na educação inclusiva parte-se da premissa de que o atendimento ao público alvo da educação especial exige práticas colaborativas em diferentes contextos, como o clínico, social e familiar, objetivou-se o modelo de coensino embasado na teoria de Mendes, Villaronga e Zerbato (2014).

Para que a escola conseguisse melhor atender as especificidades do AEE, atendendo a crescente demanda optou-se em adaptar tal teoria para o contexto da SRMF trabalhando de forma colaborativa com o público em questão.

Zerbato e Mendes (2018) preconizam que para existir uma escola inclusiva é

necessário, dentre diversos aspectos, a construção de uma cultura colaborativa, estabelecendo parcerias entre professores do Ensino Regular e da Educação Especial.

No que tange às práticas colaborativas dentro do ensino regular e salas de recursos multifuncionais, retrata-se no presente artigo as tentativas de minimizar os efeitos causados pela pandemia, a necessidade de atender às defasagens de conteúdos e o atendimento adequado aos educandos público alvo da educação especial no contexto escolar.

Como resultados atingidos, a equipe entendeu a importância do trabalho colaborativo para ambas as partes do processo de ensino e aprendizagem como possibilitador para a produção de um co-planejamento aumentando o conhecimento dos profissionais envolvidos, compartilhamento dos resultados e a implementação de um modelo de trabalho pedagógico mais rico, significativo e com avanços visíveis durante o processo, o qual por sua vez vem de encontro às diferentes necessidades educacionais especiais apresentadas pelos educandos.

Quem produz uma enunciação é o autor. O autor fala sempre na direção de um leitor, que é constituído (produzido, instaurado, instalado, introduzido) pelo autor. Quem produz significado para um resíduo de enunciação é o leitor. O leitor sempre fala na direção de um autor, que é constituído (produzido, instaurado, instalado, introduzido) pelo leitor [...] (Lins, 2012, p.14).

Observem que o número da página da citação deve vir junto com o ano, antes ou após o texto citado.

As citações diretas com, no máximo, três linhas: devem ser inseridas no corpo do texto, contidas entre aspas duplas (“ ”). Exemplo: “Na primeira dessas facetas, levamos em conta as crenças, e, na segunda, os processos metacognitivos do professor de matemáticas” (Godino et al., 2017, p.133). Ou ainda, de acordo com Godino et al. (2007, p. 133) “Na primeira dessas facetas, levamos em conta as crenças, e, na segunda, os processos metacognitivos do professor de matemáticas”.

Sugerimos evitar a citação de citação (*apud*) e utilizar, sempre que possível, a citação da obra original (ou tradução).

Todas as citações diretas ou indiretas devem ser incorporadas ao texto e constar nas referências ao final do trabalho.

É interessante apresentar, sempre que possível (de acordo com as bases teóricas-metodológicas-epistemológicas) uma fundamentação teórica sobre os pressupostos metodológicos da pesquisa realizada: abordagem, tipo, sujeito, lócus, instrumentos, procedimentos e técnicas utilizados, contexto, ambiente, entre outros elementos necessários.

## **2. SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - PERSPECTIVAS LEGAIS E TEÓRICAS DIANTE DO TRABALHO**

A partir da publicação do texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), iniciou-se o trabalho no espaço denominado de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Com a proposta de atendimento no contraturno escolar e consequente fechamento das classes especiais houve o crescente ingresso dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes do ensino regular.

Contrariando o que estabeleceu a legislação proposta (BRASIL, 2001b, 2001c, 2001d), que afirmou a necessidade da presença de um profissional de apoio pedagógico especializado na classe comum, os documentos passaram a destacar que o trabalho especializado deveria vir a ser realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, caracterizando-o como *lócus* do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esses estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), passaram a ter assegurados muitos aspectos, tais como o AEE nas SRM em contraturno escolar, a formação dos profissionais para a inclusão, a participação da família e da comunidade, o acesso aos recursos pedagógicos e de acessibilidade.

Com isso, em respeito a legislação, o município em questão formulou uma Instrução Normativa que explicitava como se daria o trabalho com o PAEE no contexto das Salas de Recursos Multifuncionais. Explicitando que nesse serviço as crianças

são incentivadas principalmente a aprender com seus pares e a desenvolver-se não só nas dimensões da aprendizagem acadêmica, mas também nas dimensões das habilidades socioemocionais, sensoriais e psicomotoras.

Atividades de vida diária, jogos e brincadeiras são flexibilizadas e adaptadas conforme a necessidade da criança, por meio de sequências didáticas com temas e assuntos que possam despertar seu engajamento e curiosidade a fim de incentivar o desenvolvimento de novas habilidades englobando seus aspectos biopsicossociais não apenas no contexto do AEE mas que favoreçam a inclusão no Ensino Regular.

### **3. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

A partir do momento em que foi sugerido a implementação do modelo também para o AEE as professoras envolvidas se engajaram no aprofundamento do que seria o trabalho colaborativo, as práticas colaborativas e o coensino assim como as instruções normativas que regiam as propostas de trabalho das Salas de Recursos Multifuncionais no município.

As práticas colaborativas são um dos princípios do trabalho pedagógico na educação especial na rede municipal de ensino em que ocorreu a experiência. Esse trabalho ocorre quando há a atuação de dois profissionais trabalhando colaborativamente em um mesmo espaço, como alternativa de suporte e possibilidade promissora para o processo educacional inclusivo.

Ao digitar a palavra “colaborar” no indexador, obtém-se a seguinte definição: “trabalhar com uma ou mais pessoas numa obra; cooperar, participar”. E no termo “colaborativo”: “que colabora ou serve para colaborar”. O objetivo do trabalho colaborativo no espaço educacional é a união dos profissionais para a formação integral do educando. Damiani (2008) a partir de seus referenciais teóricos, entende que grupos colaborativos são aqueles que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades.

**O trabalho colaborativo nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência no atendimento educacional especializado em Pinhais**

Rafaella Hanauer Benedetti e Everson Manjinski

Peron (2021) destaca que a entrada de outros agentes no processo inclusivo implicou no surgimento de uma nova rede de relações que até há bem pouco tempo não se faziam presentes nas escolas, o que tem instigado para a reflexão de que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas em equipes, compostas por um grupo de pessoas cujas respostas e funções sejam derivadas de filosofias e objetivos mútuos.

Esse trabalho de forma colaborativa tem como principal objetivo as relações entre as pessoas, no espaço e tempo escolar. A ideia de compartilhamento é consequentemente algo que ocorre em conjunto, de forma colaborativa, em que os envolvidos se sentem apoiados e motivados a trabalhar em uma empreitada, pois, somente com a participação de todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (pais, familiares/rede de apoio social, terapeutas e profissionais da educação entre outros) é possível efetivar de fato a inclusão escolar.

Antes de ser implementado o projeto piloto de Coensino no AEE, o município de Pinhais foi adotando alguns modelos colaborativos, embasados no modelo teórico desenvolvido por Mendes, Villaronga e Zerbato (2014), no Ensino Regular para favorecer o processo de inclusão dos estudantes PAEE.

Inicialmente o trabalho se deu majoritariamente no formato de um professor e um colaborador em que um dos profissionais assume a liderança do trabalho, enquanto o outro assume o papel de apoiador no trabalho pedagógico, circulando entre os grupos, mediando, orientando, proporcionando mecanismos de pensamento e ações que levem a criança a chegar e alcançar à aprendizagem em processo no momento.

No entanto, também ficou nítido durante esse processo que em muitos casos o professor colaborador era visto como único responsável pelo processo de inclusão dos estudantes no ensino regular. Dessa maneira, a partir de momentos formativos em serviço foi sendo implementado e sugerido para as equipes colaborativas outros modelos como o de estações de ensino e o de ensino alternativo.

Com o objetivo principal de atender os diferentes níveis de aprendizagens nos quais as crianças da turma se encontram, o modelo de estações de ensino foi adotado durante um dia na semana. Neste formato cada professor se responsabilizava por um

subgrupo (com educandos de ambos profissionais) mediando as aprendizagens das crianças para que elas avançassem progressivamente.

Já no formato denominado como ensino alternativo, cuja característica principal é o trabalho com um pequeno grupo de alunos, que apresentam dificuldades de aprendizagem, especificidades e ou defasagem de conteúdos, a professora assumia o trabalho pedagógico com um número maior de crianças que estão em um nível parecido, enquanto a outra professora assume o trabalho individual desenvolvendo atividades e intervenções pedagógicas específicas para o avanço das crianças no processo de ensino e aprendizagem.

Após o levantamento de como o trabalho colaborativo estava ocorrendo no Ensino Regular, foi possível compreender que o trabalho seria organizado de forma com que cada profissional ficaria responsável por até vinte (20) educandos/crianças para quarenta (40) horas semanais, atendendo de duas a quatro vezes por semana dividindo o mesmo espaço físico.

Sendo realizada a organização do cronograma de forma com que os horários de atendimentos das professoras contemplassem o atendimento educacional especializado *in loco* e também os atendimentos/orientações aos profissionais do ensino regular envolvidos no processo de aprendizagem dos educandos público alvo da educação especial.

Tal cronograma de trabalho *in loco* das professoras das SRMFs nas salas de aula do ensino regular visavam evitar um abismo entre o trabalho desenvolvido no AEE e na sala comum e buscavam, progressivamente, estabelecer um relacionamento de parceria entre ambas esferas de forma que um trabalho viesse a complementar o outro e vice versa.

Antes de adotar o programa do trabalho colaborativo, a Sala de Recursos contava com uma professora especialista com disponibilidade de quarenta (40) horas para atender vinte (20) educandos PAEE. Os atendimentos eram realizados duas vezes por semana com carga horária de uma hora aula por dia, organizados por meio de cronograma em atendimentos individuais ou em grupo de até quatro (04) crianças.

Durante o mês havia uma semana destinada ao apoio às Unidades de Ensino. Nessa semana de apoio, a professora da SRM deslocava-se entre as escolas do



**O trabalho colaborativo nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência no atendimento educacional especializado em Pinhais**

Rafaella Hanauer Benedetti e Everson Manjinski

ensino regular a fim de realizar observações *in loco* e também auxiliar as professoras no processo de inclusão com a construção de materiais pedagógicos, documentações pertinentes e flexibilizações curriculares.

Ao entrar mais uma docente para a vaga da segunda turma da SRMF, foram organizados os educandos que já estavam matriculados, ficando sob responsabilidade da professora que já os estava acompanhando e os educandos que fossem sendo encaminhados seriam matriculados na nova turma. Assim, que houvesse a distribuição igualitária no número de matrícula de alunos nas turmas das duas SRMFs, os estudantes seriam matriculados intercaladamente entre as professoras até atingir o número de 20 estudantes para cada professora. A partir daí, os novos encaminhamentos para matrícula iniciaram um processo de fila de espera.

A partir de então, conversas e trocas entre as professoras foram sendo realizadas com o objetivo de encontrar uma melhor organização e divisão do espaço. A demanda dobrou, mas o espaço físico manteve-se o mesmo. Pensando que devido ao retorno dos educandos à escola (do período de isolamento social), os estudantes PAEE necessitam ainda mais de recursos e apoio pedagógico *in loco*, ficou decidido que as turmas seriam organizadas por atendimentos educacionais especializados, ora na SRM, ora na escola de origem.

Na semana em que uma turma estava sendo atendida na SRM, a outra professora deslocava-se entre as escolas a fim de realizar esse atendimento *in loco*. Para os professores e estudantes, durante o período de atendimento às escolas, também era destinada ao apoio às famílias e aos terapeutas, quando necessário.

Nas sextas-feiras ocorriam as permanências compartilhadas em que ambas as professoras conseguiam articular sobre os educandos e também planejar em conjunto estratégias, planos de atendimento, trocar informações e estudar sobre as condições e meios de realizar intervenções efetivas.

O planejamento para o educando do AEE visa atender, de forma complementar, as especificidades dele. Uma vez pensado em dupla, o planejamento foi enriquecido, pois a ideia inicial foi complementada na discussão entre as professoras. Também foi possível a confecção de recursos materiais como jogos, fichas visuais, pistas para deslocamentos e outros suportes que favoreceram a

aprendizagem.

Ao longo do processo a parceria foi sendo efetivada e os educandos criaram vínculos com as duas professoras, a partir disso, foi possível oferecer o atendimento conjunto para a criança que necessitava de maior suporte. Para aqueles que também não tinham a possibilidade de frequentar duas vezes na semana os atendimentos presenciais, também foram encaixados em ambas as turmas todas as semanas para contemplar ao mínimo uma hora semanal de atendimento.

O apoio aos estudantes PAEE, principalmente os que estudam na escola em que a SRM se localiza, se beneficiaram, pois, também puderam contar com o apoio maior das profissionais nos momentos de sala de aula, lanche, parques e higiene.

O trabalho entre as professoras da SRMF e as professoras do regular também se fortaleceu. Por ser um atendimento complementar, foi importante o diálogo entre as partes para o desenvolvimento do educando. O trabalho colaborativo nesse âmbito se deu a partir da elaboração de materiais, troca de informações entre as professoras no atendimento da criança que direciona e auxilia nas intervenções necessárias, na construção de documentos e sua aplicação, como por exemplo escala de suporte, adaptação curricular, reunião com a família e o envolvimento com todos os profissionais que atendem o educando.

No entanto, para realmente se efetivar o trabalho colaborativo na Sala de Recursos Multifuncionais há a necessidade de entrosamento entre os profissionais envolvidos e comunicação de forma com que ambos dividam das mesmas visões e entrem em conjunto acordo em relação às orientações para os demais envolvidos no processo (família e/ou professores).

Como é um trabalho simbiótico de convivência intensa no mesmo espaço físico, ressalta-se que regras e combinados são importantes e devem ser estabelecidos antes de iniciar o ano letivo. De preferência de modo escrito para evitar dupla interpretação e posterior desgaste na relação entre os profissionais.

Com essa organização de quarenta estudantes a serem atendidos no contraturno do ensino regular, sob cronograma de horários específicos, outro desafio encontrado durante o processo foi com relação à organização e mudança constante de horários de alguns educandos devido a fatores externos (demais terapias, horários

dos transportes do município etc.). Afinal, os horários devem estar entrosados e organizados levando em consideração as múltiplas especificidades dos estudantes, de suas famílias e também das Unidades de Ensino, no caso de matrículas em Tempo Integral.

Organizar os horários de atendimento *in loco* e de apoio às unidades de forma com que se entrosassem com os cronogramas de permanência das professoras regentes do ensino regular também foi um fator desafiador durante o processo sendo necessário ser revisto e alterado mês a mês durante o ano letivo que passou.

Apesar dos desafios encontrados, esta experiência colaborativa pode ser considerada uma estratégia pedagógica riquíssima por proporcionar e viabilizar uma prática que envolve, desenvolve e ensina, oferecendo suporte no atendimento das necessidades individuais dentro do processo de ensino e aprendizagem, nos seus diferentes níveis e público.

#### **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

Tal experiência foi um divisor de águas para a organização do AEE no município em questão. Foi possível a partir desse projeto piloto vislumbrar novas possibilidades de se fazer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de fato favorecer o apoio à inclusão não só para os estudantes público alvo da educação especial, mas também para os professores e Unidade de Ensino como um todo.

A organização de duas turmas de Salas de Recursos em um mesmo espaço favoreceu o atendimento imediato das demandas crescentes no município. O que iniciou em 2021, caso desse relato de experiência, frutificou em uma estrutura de atendimento de 21 Unidades de Ensino com 32 Salas de Recursos Multifuncionais sendo destas, 11 em trabalho colaborativo no AEE.

Com essa prática, novos modelos de trabalho foram surgindo e com a troca de experiências entre as duplas de outras Unidades de Ensino foi possível, enquanto Seção de Apoio aos Serviços da Educação Especial, estabelecer um documento normativo para a organização do trabalho pedagógico nesse formato colaborativo.

Dessa forma, a partir da prática desenvolvida entre as professoras das Salas

de Recursos Multifuncionais em formato colaborativo se deu em três diferentes formatos:

- 1) Ação concomitante: ambas as professoras atuam com seus educandos de referência, trabalhando colaborativamente no mesmo espaço;
- 2) Atendimento interno e externo: enquanto uma professora atua na SRMF com seu grupo de referência a outra profissional utiliza um espaço externo da unidade de ensino, propondo ações diferenciadas ao seu grupo;
- 3) Dupla atuação: uma professora atua na SRMF com seu grupo de referência enquanto a outra profissional realiza o apoio à inclusão ao ensino regular.

Suprindo de maneira imediata a uma demanda crescente do município sem necessitar de grande investimento de capital. Afinal, os materiais e o espaço físico se mantiveram e com o apoio de mais uma profissional na SRM concretizou-se a meta de dobrar o número de educandos atendidos mantendo a qualidade do serviço e apoio prestado às famílias, escolas e crianças.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base em toda descrição de teoria e práticas descritas sobre trabalho colaborativo entende-se, que essa proposta de prática pedagógica é significativa para a educação, haja vista a grande demanda por matrículas no Atendimento Educacional Especializado. Ao mesmo tempo, desafiam algumas das expectativas iniciais.

A expectativa de que a colaboração entre professoras resultaria em um atendimento mais eficiente e personalizado foi confirmada. A troca de informações e a criação conjunta de materiais pedagógicos adaptativos enriqueceram significativamente o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a realidade mostrou que a demanda dobrada e a manutenção do mesmo espaço físico trouxeram

**O trabalho colaborativo nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência no atendimento educacional especializado em Pinhais**

Rafaella Hanauer Benedetti e Everson Manjinski

desafios que não haviam sido plenamente antecipados.

Esse modelo de trabalho foi capaz de suprir em um curto espaço de tempo a demanda emergente com a infraestrutura já existente no município sem requisitar investimento para a abertura de novos espaços nas Unidades de Ensino.

No entanto, atuar com o dobro de estudantes em uma infraestrutura preparada para a metade de matrículas pode ser desafiador. O espaço em questão deve ser considerado afinal, não são todas as Salas de Recursos Multifuncionais do município que comportam dois profissionais atuando com mais estudantes no espaço.

Com isso, novas estratégias precisam ser constantemente articuladas e repensadas. Vale destacar que esse projeto piloto nasceu para atender essa emergente demanda por matrículas nas Salas de Recursos Multifuncionais após a pandemia e que os resultados de sua aplicação a longo prazo ainda não foram constatados.

A partir desse relato de experiência, é possível afirmar que seus resultados foram positivos e promissores pois com a articulação colaborativa entre dois profissionais especializados atuantes nesse atendimento foi possível atender as mais diversas especificidades dos estudantes oferecendo apoio à inclusão por meio de suporte pedagógico e profissional nas suas diferentes modalidades, garantindo assim aprendizagens cognitivas, sociais, comportamentais das crianças, desenvolvendo inúmeros aspectos biopsicossociais do processo de ensino dos educandos atendidos a partir das práticas colaborativas.

Com essa experiência, também foi possível o professor ter um contato mais direto com os professores do Ensino Regular a fim de observar as dificuldades apresentadas pela criança e fazer as devidas intervenções, conseguindo mapear os níveis da aprendizagem, estimular a interação social e proporcionar aprendizagens mútuas, entre pares, tanto professor/professor, aluno/aluno e professor/aluno entendendo que um aprende com o outro.

O trabalho colaborativo já está estabelecido na rede municipal de educação de Pinhais no Ensino Regular a sua implementação nas SRMFs revelou-se uma estratégia pedagógica eficaz, capaz de enriquecer a prática educativa e atender de forma mais completa às necessidades dos estudantes público alvo da educação

especial.

Os desafios encontrados ao longo do processo serviram como aprendizados valiosos, destacando a importância da flexibilidade, da comunicação e do planejamento conjunto. Os resultados confirmam que a colaboração entre profissionais é essencial para uma educação inclusiva de qualidade, e as implicações práticas reforçam a necessidade de investir na formação continuada e no apoio aos docentes.

A experiência relatada pode vir a servir como um modelo inspirador para outras instituições que buscam aprimorar seus serviços de Atendimento Educacional Especializado promovendo troca de experiências e viabilizando o trabalho colaborativo efetivo não apenas no AEE mas também entre as SRMFs e o Ensino Regular buscando desta maneira o melhor desenvolvimento dos educandos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.**, Brasília/DF, 8 out. 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.**, Brasília/DF, 3 jul. 2001b.

BRASIL. Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília/DF, 2001b.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília/DF, 3 jul. 2001c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**, Brasília/ DF, 2008.

DAMIANI, Magda Floriani. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios.** Pelotas: UFPEL, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvYx/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FRIEND, Marilyn; The Coteaching: In classrooms filled with students with a variety of learning needs, two teachers can be better than one. **Greensboro: Educational**

**O trabalho colaborativo nas salas de recursos multifuncionais:  
relato de experiência no atendimento educacional especializado em Pinhais**

Rafaella Hanauer Benedetti e Everson Manjinski

**Leadership**, 2007, p. 48-52. Disponível em: Coteaching.pdf (schoolwebmasters.com). Acesso em: 11 ago. 2022.

MANJINSKI, E. Os vieses da inclusão no ensino superior nas universidades estaduais do Paraná: a arte de escrever. **Revista Teias de Conhecimento**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 130–138, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/19633>. Acesso em: 9 mai. 2023.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos/ SP: EDUFSCAR, 2014

PERON, Cassandra Fontoura Fiore. **Inclusão Escolar na Perspectiva das Práticas Colaborativas**: Processos Psicológicos e Pedagógicos. Curitiba, UFPR: 2021

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação. UNISINOS**, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, jun. 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-62102018000200147&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102018000200147&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 16 jul. 2024.